LUX JORNAL

O ESTADO DO PARANÁ
CURITIBA - PR

PUBLICADO EM:
24 MAI 1996

333 | 190 | 307 | 3

Invasão. Juiz estende prazo

O Incra terá que se pronunciar sobre a Fazenda Giacomet, se é ou não produtiva

Alessandra Ferreira

Curitiba - O juiz da Comarca de Laranjeiras do Sul, Marco Antônio Antoniassi, estendeu o prazo, que venceu anteontem, até segunda-feira para que o Incra se pronuncie sobre a desapropriação ou não da Fazenda Giacometi. O Incra diz que espera uma resposta da empresa sobre a possibilidade de vender parte da fazenda. Independentemente disso, o presidente da Comissão de Terras, Colonização e Imigração da Assembléia Legislativa, deputado Nereu Moura, vai se reunir na terça-feira com os sem-terra para propor que eles aceitem qualquer proposta da empresa e que façam, ainda, um assentamento coletivo de todas as 2.878 famílias do local.

Como um levantamento do IAP (Instituto Ambiental do Paraná) diz que somente 21,57% - 583 - das famílias invasoras estão aptas para ser assentadas, o assentamento coletivo seria uma forma de atender todos os sem-terra, segundo o deputado. A intenção dele é que seja criada uma espécie de cooperativa no local. "Assim, quem não tem histórico agrícola naturalmente vai abandonar o local", acredita o deputado.

Venda

Há quinze dias o Grupo Giacomet-Marodin, proprietário da fazenda, propôs vender 3 mil hectares das terras, mas extra-oficialmente essa desapropriação pode ser ampliada para 11.700 hectares. O pagamento da desapropriação seria feito parte em dinheiro (referente à madeira do local) e parte em Títulos da Reforma Agrária.

Como o Incra já informou que a terra é produtiva e de conservação ambiental, o que deve ser feito no local é a compra das terras para assentamento, e não uma desapropriação, pois existe um precedente na Justiça de desapropriação de terras em áreas de preservação.

Maior invasão

A Fazenda Giacomet foi invadida na noite do dia 17 de abril por cerca de 10 mil pessoas. Foi até agora a maior invasão do Brasil e a solução do problema, como enfatizou o deputado, irá se refletir nas decisões sobre as outras invasões do país.

Apesar da intenção do grupo Giacometi-Marodin de vender parte dos seus 82 mil hectares de terras, a empresa impôs a condição aos sem-terra para que seja respeitado o restante da fazenda. No dia 30 de maio a Comissão da Assembléia vai se reunir com os proprietários e os sem-terras, para tentar formalizar um acordo.

Outras invasões

Além da invasão da fazenda Giacometi, o deputado Nereu Moura também está negociando a situação das outras invasões no Paraná: da Fazenda Perpétuo Socorro, em Santa Maria do Oeste; em Quedas do Iguaçu e nas Fazendas Corumbá I e II. Na Fazenda Perpétuo Socorro, onde no dia 19 de abril um menino do MST foi atingido por uma bala, houve novo tiroteio no sábado, apesar do pacto de desarmamento que vigorava até a vistoria do Incra, feita anteontem.

A entrega do laudo do Instituto deve sair no dia 8 de junho. Se for constatado que a área é produtiva, os proprietários da Fazenda já acenam com uma outra área que poderia ser desapropriada. O mesmo acontece com as Fazendas Corumbá I e II, demonstrando uma certa boa vontade dos fazendeiros.

Quedas do Iguaçu

O caso mais complicado atualmente é da invasão em Quedas do Iguaçu. O juiz já determinou a reintegração de posse dos mais de 400 hectares da fazenda. No entanto, segundo Nereu Moura, que conversou com os sem-terra, eles não estão dispostos a sair do local. Em conversa por telefone ontem, na frente dos jornalistas, o comandante da Polícia Militar, coronel Daniel Cezar Maingué, afirmou que não deseja que haja conflito no local e está postergando ao máximo a reintegração para que possa ser feita pacificamente, apesar de haver uma ordem judicial nas mãos dele. O comandante afirmou ao deputado que o despejo não será feito na madrugada, mas sim com representantes da Comissão e da imprensa.

Os sem-terra não se conformam e dizem que vão "fazer de tudo" para ficar na Gleba do Cedro.

Na reserva, grupo sairá hoje

São Jerônimo da Serra (Sucursal de Londrina) - O grupo de sem-terra que invadiu terça-feira parte da Gleba do Cedro, na Reserva Indígena Barão de Antonina, deverá ser retirado hoje do local. A Justiça e a Polícia Federal apresentarão aos invasores liminar concedida à Fundação Nacional do Índio (Funai) que garante a reintegração de posse. É a terceira vez este ano que o mesmo grupo invade a área da reserva, localizada no município de São Jerônimo da Serra (a 100 km de Londrina). Os sem-terra dizem que vão "insistir" em permanecer na gleba.

Segundo o advogado da Funai em Londrina, Antônio Pedro Marquezi, ele ingressou com o pedido de reintegração de posse já na terça-feira, dia da ocupação, mas a liminar só foi expedida ontem, porque o juiz federal Marcelo Malucelli reassumiu suas funções anteontem. Antes de sua decisão, o juiz pediu um parecer ao procurador regional da República e um histórico da situação à Funai, segundo Marquezi. "O juiz considerou que o problema é grave e, através da reintegração à Funai, solicitou a retirada dos agricultores", acrescentou Marquezi.

Contra a saída

Desde terça-feira os sem-terra vêm afirmando que irão "fazer de tudo" para ficar nas terras. Eles se dizem ex-posseiros da área, porque teriam ocupado a gleba por pelo menos doze anos, até serem expulsos a partir de 1995.

Em 1991, após a redemarcação da área, um decreto do então presidente Fernando Collor incorporou a Gleba do Cedro à reserva indígena. Além de ficar na área, os invasores querem que o Incra faça uma nova reconstituição dos limites da reserva.